



**ATA NÚMERO DOIS DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22.11.2013**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e treze, nesta Cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município e salão nobre das reuniões, teve lugar a segunda sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supra mencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

**- Membros eleitos diretamente:**

- Maria Amélia Pires de Albuquerque; Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Liliana Matias Soares; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Paulo Jorge Dias Pereira; José Manuel de Andrade Oliveira; Manuel Leite dos Santos e Teresa Alexandra Carvalho Silva Ferreira.

**- Presidentes de Junta de Freguesia:**

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Domingos dos Santos Rodrigues; João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceu o membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso.

Verificou-se a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José António Amaro Nunes, José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se ainda a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso apresentou justificação de falta à presente reunião, por se encontrar ausente em férias, tendo a Mesa deliberado por unanimidade justificar a sua falta, a qual será arquivada sob o número treze do maço de documentos número um do livro de atas número dez.

Informou ainda que o membro Liliana Matias Soares apresentou um pedido de alteração da sua morada permanente, para a Rua Duque de Saldanha, no Porto, o qual será arquivado sob o número catorze do maço de documentos número um do livro de atas número dez.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por saudar todos os cidadãos presentes, por entender que a presença do público dá mais ânimo a este órgão e constitui uma grande motivação para melhor desempenharem o papel que lhes foi confiado pelos Tarouquenses, como seus representantes.

Dirigiu de seguida uma saudação à comunicação social presente, uma vez que julga que é fundamental que todos os cidadãos vão tomando conhecimento do que se passa na Assembleia Municipal.

Saudou ainda todos os membros do Executivo presentes, tendo salientado o facto do Senhor Presidente da Câmara ter ao seu lado sentados todos os Vereadores, o que é um facto inédito, felicitando-o por isso, porque a democracia só fica a ganhar com esse seu gesto.

Ressaltou que se iniciou um novo ciclo, uma nova forma de estar e de organizar a Assembleia Municipal, com o único objetivo de procurar o melhor para os Tarouquenses, pretendendo que as sessões sejam desenvolvidas dentro da perspetiva de um espaço de cidadania de portas abertas para todos. Esclareceu que esta sua ideia não é apenas uma questão de retórica, como poderão verificar no projeto de Regimento que será discutido nesta sessão.

Congratulou todas as forças políticas presentes na tomada de posse dos órgãos autárquicos, pela forma como decorreu a votação para a eleição da Mesa, agradecendo a confiança que neles depositaram, o que só lhes aumentará a responsabilidade e fará com que estejam o mais equidistantes possível de todos os partidos. Como exemplo, referiu que os membros da Mesa, quando quiserem falar noutra qualidade, sairão da Mesa e falarão do seu lugar no plenário, para que todos percebam em que qualidade estão a intervir. A propósito, referiu uma situação menos interessante que ocorreu durante a tomada de posse, aquando do uso da palavra pelo Senhor Vereador José António Amaro Nunes, pela qual se penitencia por não ter conseguido evitar que acontecesse.

Explicou que o funcionamento da presente sessão se regerá pelas normas do Regimento aprovado no mandato anterior e, por isso, a intervenção do público só poderá ocorrer no final da discussão da ordem do dia, tal como ali estava previsto. Aproveitou a oportunidade para informar o público presente de que se pretenderem intervir nesta sessão terão de se inscrever neste momento.

Continuou explicando que o que se pretende com a nova forma de estar na Assembleia Municipal é abri-la totalmente à participação dos cidadãos e transportar tudo o que se passar nas suas sessões para o conhecimento da população em geral, por isso, já foi criada uma página no *facebook*, para que todos possam interagir diariamente com a Assembleia Municipal, assim como brevemente será criado um *site*,

contendo toda a informação importante sobre este órgão e as decisões tomadas.

Deu ainda conhecimento que, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, esteve presente nas reuniões realizadas pela Câmara Municipal, felicitando o Executivo pela forma como tem desempenhado o seu trabalho, porque é um bom sinal para o futuro do Concelho.

Disse que sabe que o termo "deputado" não é o legalmente correto para tratar os membros da Assembleia, contudo ele é usado na gíria e, por isso, pediu autorização para usar essa denominação nas sessões, bem como para não usar os títulos académicos, solicitando que se alguém visse algum inconveniente se manifestasse.

Não se verificou qualquer manifestação por parte do plenário acerca do assunto.

Continuou a sua intervenção, informando sobre a correspondência recebida:

- Convite da Associação da Banda Musical de Gouveães dirigida a todos os membros da Assembleia para assistirem ao Concerto de Santa Cecília "Um Encontro de Gerações" que irá decorrer no Auditório Municipal Adácio Pestana no próximo dia vinte e quatro de novembro corrente, pelas dezasseis horas;

- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca para as comemorações do seu aniversário no próximo dia um de dezembro;

- Convite da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o XXI Congresso que decorrerá no dia vinte e três do corrente, em Santarém, ao qual se deslocará, em representação deste órgão.

- Convite do Clube de Tiro Douro Sul, para estar presente no Torneio de Tiro, com armas de Ar Comprimido, que teve lugar no dia dezassete de novembro, no Salão Paroquial de Várzea da Serra.

Informou ainda que esteve presente, no passado dia nove de novembro, na apresentação pública dos trabalhos de musealização da área arqueológica do Mosteiro de S. João de Tarouca, com a presença do Executivo e dos Técnicos que lideram o Projeto Vale do Varosa. E que participou ainda em diversas reuniões com o Executivo numa perspetiva de interação institucional, sempre com o objetivo principal de encontrarem as melhores soluções para o desenvolvimento do Concelho.

Aproveitou para comunicar que já está a funcionar um Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, composto por técnicos do Município, cujo trabalho não tem qualquer remuneração adicional, e que estarão à disposição de todos os membros da Assembleia para resolver os assuntos necessários.

Concluiu a sua intervenção, informando que o Presidente da Assembleia Municipal, coadjuvado pelos Secretários da Mesa,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

estarão disponíveis todas as sextas-feiras de tarde para auscultar as opiniões dos cidadãos e das instituições, porque entendem que é importante estarem atentos às dinâmicas do Concelho, salientando contudo que não têm qualquer intenção de substituir a Câmara Municipal.

Passou-se de imediato à discussão da ordem do dia que se segue:

1. Entrega ao Presidente da Assembleia Municipal da comunicação de constituição dos grupos municipais, assinada pelos membros que os compõem, indicando a sua designação e a respetiva direção (nº 2 do art. 46º-B da Lei nº 169/99, de 18.09, com as alterações posteriormente introduzidas);
2. Apreciação e votação da proposta de fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos para vigorar em 2014;
3. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 01.06.2013 a 25.09.2013;
4. Apreciação e votação da proposta de regularização da conta 27 - retificação dos documentos da Prestação de Contas de 2012;
5. Apreciação e votação da proposta de reconhecimento de interesse público municipal da obra de ampliação, em área de RAN, em que é requerente a sociedade "Macro Frio - Comércio Internacional de Produtos Alimentares, SA";
6. Eleição de 2 membros e respetivos suplentes, de entre os membros eleitos diretamente, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM DOURO, nos termos do disposto no art. 83º da Lei nº 75/2013, de 12.09;
7. Estado do Município- informação económica e financeira;
- 8- Apreciação e votação do projeto de Regimento para o mandato autárquico de 2013/2017.

**PONTO 1: ENTREGA AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COMUNICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS, ASSINADA PELOS MEMBROS QUE OS COMPÕEM, INDICANDO A SUA DESIGNAÇÃO E A RESPECTIVA DIREÇÃO**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao plenário a entrega da comunicação de constituição dos grupos municipais, assinada pelos membros que os compõem, indicando a sua designação e a respetiva direção, nos termos do nº 2 do art. 46º-B da Lei nº 169/99, de 18.09, com as alterações posteriormente introduzidas, bem como a informação dos membros que não integram qualquer grupo municipal.

Os Grupos Municipais do PSD e do PS apresentaram por escrito a respetiva constituição, as quais a seguir se transcrevem, cujos documentos serão arquivados sob os números quinze e dezasseis do maço de documentos número um do livro de atas número dez:

- **Constituição do Grupo Municipal do PS** - Direção: Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Manuel Leite dos Santos, e

ainda pelos seguintes elementos: Maria Amélia Pires de Albuquerque, António do Carmo, Ana Palmira Botelho Figueiredo, Rufino Marcelo Queiroz, e Tiago Jorge Martins Eusébio.

- **Constituição do Grupo Municipal do PSD** - Direção: António Luís Carrapa Sarmento e ainda pelos seguintes elementos: Domingos Manuel Pinto Nascimento, Rui Manuel da Costa Pereira; Dina Maria de Almeida Tomé; Manuel do Carmo Ferreira; Liliana Matias Soares; Paulo Jorge Dias Pereira; José Manuel de Andrade Oliveira; Teresa Alexandra Carvalho Silva Ferreira; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Domingos dos Santos Rodrigues; João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; Rui Fernando Guedes Raimundo.

Foi tomado conhecimento.

**PONTO 2: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS PARA VIGORAR EM 2014**

Presente a proposta de fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos para vigorar em 2014, a qual foi aprovada em reunião camarária de 25 de outubro de 2013, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

**"FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS PARA VIGORAR EM 2014** (alínea d) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09 e n° 5 do artigo 112° do CIMI)

**PROPOSTA**

A fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n° 1 do artigo 112° do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n° 287/2003, de 12.11, com as alterações introduzidas pela Lei n° 64/2008, de 5 de dezembro, as taxas, a aplicar em cada ano, são as seguintes:

- . prédios urbanos: 0,5% a 0,8%;
- . prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,3% a 0,5%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 64-B/2011, de 30 de dezembro).

Em 2012 foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que, regra geral, teve como consequência o aumento do valor patrimonial dos prédios urbanos e da receita cobrada em sede de IMI.

Entendemos que a carga fiscal suportada pelas famílias e empresas é já muito pesada, impondo-se por razões de justiça, equidade e de incentivo, manter as taxas a aplicar, fixando no valor mínimo legalmente previsto a taxa de IMI que incide sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.

Assim:



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° da Lei n° 75/2013, de 12.09 e do n°5 do artigo 112° do CIMI, propor à Assembleia Municipal, que a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos para vigorar em 2014 seja a seguinte:

Prédios urbanos: 0,6%

Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3%.

Paços do Município, 22.10.2013

O Presidente da Câmara,

Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta.

**O Senhor Presidente da Câmara** iniciou por cumprimentar todos os presentes, tendo iniciado por dizer que gostaria que as reuniões decorressem com o maior sentido de elevação e de respeito uns pelos outros.

Referiu que já todos conhecem o Executivo, nomeadamente ele próprio; o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, também Vice-Presidente, e que detém diversos pelouros já divulgados, dos quais destacou o das Finanças, por ser essa a sua área de formação; a Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, com os pelouros nas áreas das obras públicas e privadas, dada ser também essa a sua formação académica e profissional. Agradeceu ainda a presença do Senhor Vereador José António Amaro Nunes.

Salientou que entende que estão reunidas todas as condições para ser desenvolvido um bom trabalho em prol do Concelho, pois, olhando para todos os membros da Assembleia, que conhece bem, julga que o concelho de Tarouca vai ter o que espera de todos: muito trabalho, empenho e dedicação.

Continuou dizendo que entende que a partir deste momento devem ser criadas condições de entendimento entre todas as forças partidárias, pois a sua pretensão é que a governação do Concelho seja efetuada de uma forma global.

Referiu que, presentemente, vivemos um paradigma diferente e, por isso, pretende que o relacionamento entre os membros dos órgãos autárquicos do Concelho sejam diferentes das divergências partidárias existentes no Governo, pois o que realmente importa, e julga que é essa a pretensão de todos os presentes, é conseguir obter o melhor para o Concelho e para os Tarouquenses. Apelou, por isso, para que todos aqui estejam com o mesmo objetivo, o de trabalhar em prol das pessoas, pois é disso que elas precisam e esperam que seja feito.

Salientou que sempre manifestou aos Senhores Presidentes de Junta a sua intenção de ter com eles uma relação muito próxima, até porque são os que mais diretamente estão ligados ao cidadão comum, o que já está a cumprir, pois tem-se deslocado a cada freguesia acompanhado do respetivo Presidente de Junta, para em conjunto tentarem encontrar as

melhores soluções para resolverem os problemas das suas populações.

No que respeita à proposta do IMI, explicou que, apesar do Município precisar muito de receitas, o Executivo decidiu por unanimidade manter as taxas em vigor, porque tiveram em consideração a conjuntura económico-financeira do País e as dificuldades das famílias em fazerem face a todos os seus compromissos financeiros.

**Intervieram de seguida os seguintes membros da Assembleia:**

- **António do Carmo Santos** - Iniciou por salientar que as sessões da Assembleia Municipal nunca estiveram vedadas ao público, mas as pessoas apareciam se queriam, pois ninguém as podia ir buscar a casa.

Lamentou que esta sessão, por ser extraordinária, não incluía o Período de Antes da Ordem do Dia, para todos terem oportunidade de intervir.

Referiu que já há doze anos que faz parte da Assembleia Municipal, integrando o grupo socialista, como independente, e foi testemunha que Tarouca foi sempre o partido que os membros da Assembleia defenderam e é com esse espírito que aqui pretende continuar, em função da melhoria da qualidade de vida dos Tarouquenses.

Quanto à taxa do IMI, disse que alguns se lembrarão que, há alguns anos atrás, a própria Assembleia solicitou que as taxas fossem para o mínimo, pois todos os dias a situação financeira das pessoas piora, com novos descontos nos vencimentos, com mais desemprego, etc., o que está a provocar que as pessoas vivam numa situação cada vez mais precária.

Louvou o Executivo por não ter aumentado as taxas e mantido o mínimo nos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, sugerindo que o mesmo seja feito em relação aos restantes prédios urbanos, cuja taxa ainda não está no mínimo.

Concluiu, apelando ao Executivo para que diligenciem no sentido de informar as pessoas de que é possível obterem junto das Finanças a devolução de 3% do IRS, desde que o requeiram.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Iniciou por desejar que estes quatro anos de mandato sejam de trabalho profícuo e que todos lutem em conjunto, com empenho para ajudar a resolver os pequenos problemas que vão surgindo às pessoas. Manifestou o seu regozijo pela presença do público, o que lhes dá uma maior motivação.

Quanto à proposta do IMI, referiu que pouco há a dizer, pois entende que o Executivo decidiu bem, até porque no concelho de Tarouca quase todos os prédios estão já avaliados nos termos do CIMI, e é nesses que se justifica a taxa mínima.

Esclareceu ainda que as pessoas, com dificuldades financeiras comprovadas, poderão requerer junto das Finanças a isenção do pagamento do IMI, para além disso julga que o



## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Governo decidiu manter a cláusula de salvaguarda, o que também é um bom sinal.

Concluiu felicitando o Executivo por manter as taxas do IMI. Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário a proposta supra transcrita, tendo sido deliberado aprovar a mesma por unanimidade, mantendo-se assim a atual taxa de IMI, sendo a seguinte a taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos para vigorar no ano de dois mil e catorze:

- Prédios urbanos antigos: 0,6%
- Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3%

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO 3: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE 01.06.2013 A 25.09.2013**

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte e seis de setembro último, respeitante à realização de despesas com encargos plurianuais assumidos no período de 01.06.2013 a 25.09.2013, em cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal proferida em sessão de 28.06.2012, que concedeu autorização genérica para dispensa de autorização prévia aquando da realização de despesas com encargos plurianuais, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número dezassete do maço de documentos número um do livro de atas número dez.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, por ser um assunto do seu pelouro.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** iniciou por dar as boas vindas a todos, com especial destaque para o público presente.

Explicou que a lista enviada aos membros contém um conjunto de compromissos com encargos plurianuais, respeitantes a despesas de anos anteriores, relativamente às quais foram celebrados acordos de pagamento com diversos fornecedores do Município, que permitem à Câmara Municipal cumprir os seus compromissos, ou seja, pagar as suas dívidas por um prazo mais prolongado.

Intervieram os seguintes membros:

- **Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo** - Perguntou ao Executivo se a dívida à "Pirotécnica Carlos Duarte", é mesmo relativa ao fornecimento de fogo de artifício para as festas de S. Miguel do ano de 2012, ou se há algum lapso. Perguntou ainda se a despesa com estruturas, som e luz se refere às festas de S. Miguel deste ano.

- **António do Carmo Santos** - Explicou que os membros que faziam parte da anterior Assembleia se lembram bem da



autorização dada ao Executivo para realização de despesas com encargos plurianuais e que se foi gasto dinheiro com fogo de artifício, também não há dúvida que as pessoas gostam muito de o apreciar. Para além disso, se existem acordos para pagar a dívida por várias fases têm de ser cumpridos.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Iniciou por salientar que fez parte da Assembleia Municipal durante quatro anos, e nunca teve a oportunidade de ver tanto público a assistir a uma sessão, o que considera salutar.

Saudou a Mesa e o Executivo, desejando um ótimo mandato a todos, e fazendo votos para que em conjunto possam vir a trabalhar de forma profícua em prol do Concelho.

Relativamente ao ponto em causa, disse que renova a pergunta ao Executivo sobre se a despesa com fogo de artifício se refere mesmo ao ano de 2012, pois a ser verdade, essa despesa só será paga totalmente em 2014, tendo perguntado para quando se prevê o pagamento da despesa com o fogo de artifício do corrente ano, se ocorrerá só em 2016.

Solicitou ainda informação relativa às datas das despesas dos acordos que constam do mapa, sem essa informação.

Quanto à empresa "Swisslive-Produções Lda.", perguntou qual o ano a que se refere a despesa de locação no valor de € 29.350,00, se é às Festas de S. Miguel de 2013, e se foi apenas esse o custo total daquelas festas.

- **O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** em resposta explicou que o documento que lhes foi apresentado é datado de vinte e cinco de setembro último, e que não existe qualquer gralha, pois a despesa com fogo de artifício ali prevista refere-se efetivamente a 2012 e será liquidada totalmente só em 2014.

Quanto à despesa da empresa "Swisslive-Produções Lda.", esclareceu que apenas se refere à locação da estrutura, som e luz, para as Festas de S. Miguel de 2013, pois o valor total efetivamente gasto com a realização daquelas festas foi superior a 111.000,00€ (cento e onze mil euros).

Esclareceu ainda sobre as datas das dívidas das seguintes empresas: "Ferrageira de Tarouca, Lda." e "Alfredo Duarte Gomes" - datam de dois mil e onze; "Medidada.Net-Sistemas e Informação para Autarquias, SA" e "Micael Pestana Carvalheira" - datam de dois mil e doze.

Concluiu explicando que a despesa com o fogo de artifício das festas de S. Miguel de 2013, está em conta corrente, ou seja ainda não está paga, não podendo neste momento informar qual a data prevista para o seu pagamento.

Foi tomado conhecimento.

#### **PONTO 4: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULARIZAÇÃO DA CONTA 27 - RETIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012**

Presente a proposta de retificação dos documentos da prestação de contas de dois mil e doze, aprovada em reunião

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

da Câmara Municipal de vinte e nove de agosto último, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e a seguir se transcreve na íntegra:

**"PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012- RETIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS  
REGULARIZAÇÃO DA CONTA 27**

**PROPOSTA**

Presente a informação, datada de 20.08.2013, da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) na qual expõe a necessidade de se proceder, à retificação da prestação de contas de 2012, por motivo de lapso na regularização da conta 27 - Acréscimos e diferimentos, detetado após a sua aprovação, quando foi submetida no SIIAL.

Considerando que:

a) "o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais determina os princípios contabilísticos fundamentais a serem seguidos pelas autarquias, com vista à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e apropriada dos resultados destas entidades.

Um dos princípios contabilísticos determinantes na procura de uma imagem fiável dos documentos de prestação de contas, é o princípio da materialidade, onde se estabelece que " as demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afetar avaliações ou decisões dos órgãos autárquicos." (in Manual de Apoio Técnico à Aplicação do Pocal, Regime completo, Satapocal, DGAL, 2006);

b) a não regularização, em 31.12.2012, de todos os montantes da conta 27, implica que o valor do saldo credor constante do balancete analítico do plano da geral, parte integrante da prestação de contas, seja superior àquele que na realidade deveria ser, aumentando o montante do endividamento líquido municipal;

c) atento o exposto, se afigura necessário proceder à retificação do valor do saldo credor da conta 27, que passa de € 8 219 412,13 para € 7 854 380,08 e por consequência retificar os seguintes documentos da prestação de contas anteriormente aprovados:

- o balanço;
- a demonstração de resultados;
- as notas ao balanço e demonstração de resultados e
- o relatório de gestão,

propõe-se a V.Excias que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea e) do n° 2 do artigo 64° da Lei n° 169/99, de 18.09 aprove a retificação dos seguintes documentos da prestação de contas de 2012:

- o balanço e a demonstração de resultados, cujos mapas retificados se anexam a esta proposta;
- as notas ao balanço e demonstração de resultados e o relatório de gestão, nos termos constantes da citada

informação da DAF, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando a fazer parte integrante desta proposta; e

- a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, de modo que onde se lê "- 815 949,74" deverá ler-se " -450 917,69".

Mais se propõe que a presente retificação seja submetida à apreciação e votação da assembleia municipal, nos termos da alínea c) do n° 2 do artigo 53° do referido diploma.

Paços do Município, 22 de agosto de 2013

O Presidente da Câmara,

a)Mário Caetano Teixeira Ferreira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, por ser um assunto do seu pelouro.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que nos documentos de prestação de contas respeitantes ao ano de dois mil e doze, existiu um erro na conta 27, uma vez que a mesma deve ser regularizada anualmente, o que, por lapso, não foi feito naquele ano, daí a apresentação desta proposta de regularização.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário a proposta supra transcrita, tendo sido deliberado por maioria de dezanove votos a favor e duas abstenções aprovar a retificação dos seguintes documentos da prestação de contas de 2012:

❖ o balanço e a demonstração de resultados, cujos mapas retificados estão anexos a esta proposta;

❖ as notas ao balanço e demonstração de resultados e o relatório de gestão, nos termos constantes da citada informação da DAF, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando a fazer parte integrante desta proposta; e

❖ a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, de modo que onde se lê "- 815 949,74" deverá ler-se " -450 917,69".

Os membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira e Ana Palmira Botelho Figueiredo apresentaram a seguinte declaração de voto:

"As nossas posições são no sentido de que não conhecemos as contas anteriores, daí a nossa abstenção."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 5: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA OBRA DE AMPLIAÇÃO, EM ÁREA DE RAN, EM QUE É REQUERENTE A SOCIEDADE "MACRO FRIO - COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS ALIMENTARES, SA"**



Fl. 093

2013/11.22

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Presente a proposta de reconhecimento de interesse público municipal da obra de ampliação, em área de RAN, em que é requerente a sociedade "Macro Frio - Comércio Internacional de Produtos Alimentares, SA", aprovada em reunião da Câmara Municipal de catorze de agosto último, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

**"RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL  
PROPOSTA**

Pretende a sociedade "MACRO FRIO - COMÉRCIO INTERNACIONAL PRODUTOS ALIMENTARES SA", com sede em Ponte Nova, freguesia de Mondim da Beira, concelho de Tarouca, obter autorização para a ampliação de um entreposto frigorífico - unidade transformadora que possui alvará de autorização de utilização nº 102/2010 e Licença Exploração Industrial nº 8/N/2011-DRAP Norte, incluído em prédio inscrito na matriz predial urbana sob o art. 915º e descrito na C.R.P. Tarouca sob o nº 250/19910903, com a área total de 5850 m<sup>2</sup>, sendo 1048 m<sup>2</sup> a área do edifício já existente, que possui no Lugar de Tapados, em Mondim da Beira, junto à margem do rio Varosa.

Conforme solicitado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, através do ofício nº 1251/2013 de 17/07/2013, obriga-se o requerente à instrução de processo para requerimento de utilização de terrenos integrados em Reserva Agrícola Nacional, ao abrigo do art. 25º do Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março (interesse público da pretensão).

Assim, e atendendo:

- a) a que se trata de uma indústria devidamente licenciada com o alvará de autorização de utilização nº 102/2010;
- b) que esta indústria contribui para o desenvolvimento do Concelho e que as obras de ampliação são absolutamente necessárias para que a indústria possa vir a ganhar competitividade e dar resposta às necessidades de mercado externo e interno, aumentando a produção e o número de trabalhadores;

c) Que esta ação de ampliação não é passível de realização de forma adequada em área não integrada na Reserva Agrícola Nacional,

proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência prevista na al. a) do nº 6 do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18.09, propor à Assembleia Municipal que nos termos da al. b) do nº 3 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18.09, delibere o reconhecimento do relevante interesse público municipal, ao abrigo do art. 25º do Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, da realização da obra de ampliação, em área da Reserva Agrícola Nacional, de um entreposto frigorífico - unidade transformadora, descrita no aditamento ao pedido de informação prévia nº 1/2012, em que

é requerente a sociedade "Macro Frio - Comércio Internacional Produtos Alimentares SA".

A localização da parcela de terreno abrangida é a que consta da informação do Chefe de Divisão da DGUA, datada de 31.07.2013, que fica anexa a esta proposta, dela fazendo parte integrante.

Tarouca, 12.08.2013.

O Presidente da Câmara,

a) Mário Caetano Teixeira Ferreira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta, que a passou à Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, por ser um assunto do seu pelouro.

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** explicou que este assunto foi aprovado numa reunião do anterior Executivo, do qual ela também fazia parte, e que tem a ver com a ampliação das instalações que a empresa Macro Frio pretende levar a efeito, necessitando do parecer em causa para a obtenção do respetivo licenciamento junto das entidades competentes. Considera que a ampliação pretendida pela empresa só trará desenvolvimento ao Concelho.

Intervieram os membros António do Carmo Santos e Rui Fernando Guedes Raimundo, que se pronunciaram a favor da proposta. Terminada a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário a mencionada proposta, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a mesma e reconhecer o relevante interesse público municipal, ao abrigo do art. 25º do Decreto-Lei nº73/2009, de 31 de março, da realização da obra de ampliação, em área da Reserva Agrícola Nacional, de um entreposto frigorífico - unidade transformadora, descrita no aditamento ao pedido de informação prévia nº 1/2012, em que é requerente a sociedade "Macro Frio - Comércio Internacional Produtos Alimentares SA", sendo a localização da parcela de terreno abrangida a que consta da informação do Chefe de Divisão da DGUA, datada de 31.07.2013, que fica anexa à referida proposta, dela fazendo parte integrante.

A proposta e os respetivos documentos anexos ficarão arquivados sob o número dezoito do maço de documentos número um do livro de atas número dez.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 6: ELEIÇÃO DE 2 MEMBROS E RESPETIVOS SUPLENTEs, DE ENTRE OS MEMBROS ELEITOS DIRETAMENTE, PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DOURO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 83º DA LEI Nº 75/2013, DE 12.09**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que, nos termos do disposto no art. 83º da Lei nº 75/2013, de 12.09, é necessário proceder à eleição de dois membros e respetivos suplentes, de entre os membros eleitos diretamente, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Comunidade Intermunicipal do Douro, pelo que solicitou ao plenário a apresentação de listas para se proceder à respetiva eleição.

Foi discutido o assunto, e tendo-se gerado alguma discussão para a apresentação das listas, o membro Rui Fernando Guedes Raimundo propôs que fossem concedidos uns minutos aos representantes dos dois grupos municipais para se juntarem e chegarem a um acordo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acedeu ao pedido.

De seguida, foi apresentada à Mesa a seguinte lista proposta pelos Grupos Municipais do PSD e do PS, a qual foi denominada de Lista A:

- Membros efetivos: Domingos Manuel Pinto Nascimento e António do Carmo Santos;
- Membros suplentes: José Manuel de Andrade Oliveira e Manuel Leite dos Santos.

De imediato, procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto de membros da Assembleia Municipal, eleitos diretamente, tendo sido obtida a seguinte votação: catorze votos na lista A.

Foram assim eleitos, nos termos do disposto no artigo oitenta e três da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, para integrar a assembleia intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro, os seguintes membros:

- **Membros efetivos:** Domingos Manuel Pinto Nascimento e António do Carmo Santos;
- **Membros suplentes:** José Manuel de Andrade Oliveira e Manuel Leite dos Santos.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

A propósito, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal salientou a importância da Comunidade Intermunicipal do Douro e congratulou-se com o gesto de consenso dos dois grupos municipais.

**PONTO 7: ESTADO DO MUNICÍPIO- INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que este ponto da ordem do dia é uma novidade, que pretende que tenha continuidade anualmente nas sessões da Assembleia Municipal, mas que se impunha que constasse especialmente da ordem do dia desta sessão, por se estar a iniciar um novo mandato autárquico, tornando-se imprescindível conhecer a atual situação económica e financeira do Município.

Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou para o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, por ser um assunto do seu pelouro.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** iniciou por salientar que esta apresentação serve para demonstrar

aos presentes o ponto de partida do atual Executivo, para o corrente mandato autárquico.

Começou por explicar que no ano de dois mil e dez este Município contraiu um empréstimo de saneamento financeiro, no valor de seis milhões e quinhentos mil euros, com um período de carência de três anos, cuja amortização terá início em março do próximo ano, tendo salientado que o objetivo principal daquele empréstimo era a anulação das dívidas a fornecedores de curto prazo.

Explicou que a contratação daquele empréstimo obrigou à assunção de vários compromissos anuais, dos quais destacou os seguintes:

- Liquidação de todas as dívidas a fornecedores de curto prazo
- Redução anual de 10% do excesso da dívida a Médio e Longo Prazo;
- Redução anual de 10% do excesso endividamento líquido;
- Redução anual da despesa com pessoal em 3%;
- Redução anual da despesa corrente em 3,7%.

Demonstrou de seguida a situação que o atual Executivo encontrou no Município em vinte e um de outubro findo, data em que tomou de posse:

➤ **Dívidas a fornecedores no montante de € 1.806.334,00**, existindo faturas por liquidar desde o ano de 2011, quando o objetivo principal do empréstimo que referiu seria a anulação daquelas dívidas;

➤ **Dívida a médio e longo prazo no valor de € 9.704.662,00**, cujo limite de endividamento permitido era apenas de € 5.008.404,00, existindo por isso um excesso de endividamento no montante de € 4.696.258,00.

Salientou que o compromisso de redução da dívida assumido para o corrente ano era de € 485.722,00, tendo sido reduzido até 30.09.2013 somente o valor de € 160.965,00, o que significa que esta Câmara Municipal terá de reduzir o valor de € 324.757,00, até 31.12.2013.

➤ **Endividamento líquido no montante de € 11.295.436,00**, cujo limite era apenas de € 6.260.505,00, do que resulta um excesso de endividamento no valor € 5.034.932,00.

Destacou que o compromisso de redução assumido para o ano de 2013 era de € 513.394,00 tendo sido reduzido até 30.09.2013 apenas o valor de € 99.007,00, donde se depreende que esta Câmara Municipal terá de reduzir o valor de € 414.387,00, até 31.12.2013.

➤ **Despesa com pessoal estimada para o ano 2013 no valor de €4.287.036,00**, sendo apenas aceite no Plano de Saneamento Financeiro o valor de € 3.801.686,00, o qual já em 2012 tinha sido ultrapassado, pois já era de €3.919.264,00, existindo atualmente um desvio de € 485.350,00.

Referiu que um dos factos que causaram o aumento da despesa com o pessoal foi o facto de no ano de 2012 não ter sido

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

pago o subsídio de férias aos trabalhadores e de em 2013 esse pagamento se ter verificado.

➤ **Despesa corrente no valor de € 7.605.121,00** a qual já em 2012 totalizou o valor de € 7.544.861,00 quando no Plano de Saneamento Financeiro era apenas aceite o montante de €7.265.701,00, do que resulta um desvio de € 339.420,00. Continuou a sua demonstração, referindo que todos os incumprimentos apontados têm consequências e constrangimentos para o Município, e que segundo a informação consultada no site da DGAL, entidade a quem o Município está obrigado a submeter mensalmente toda a informação financeira, a nossa Autarquia, em 30.09.2013, estava em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, cuja ficha apresentou.

Explicou ainda que, como consequência desta situação de desequilíbrio, ou seja, se não for impedida a tendência de incumprimento que se vinha verificando, no próximo ano o Município sofrerá a retenção de 10% das transferências da administração central, bem como será obrigado legalmente a aumentar os impostos municipais (como por exemplo o IMI).

Salientou que uma das primeiras situações que detetaram, assim que tomaram posse, foi que o Município estava sem qualquer liquidez para dar cumprimento às suas obrigações.

Informou que a primeira prestação do empréstimo de saneamento financeiro ocorrerá em março do próximo ano, contudo segundo as informações dos serviços, o Município atualmente não consegue sequer fazer face às suas despesas fixas.

Referiu ainda que houve a correção da utilização antecipada de fundos disponíveis, no valor de € 759.000,00, os quais foram completamente utilizados até 31.01.2014, restando apenas a possibilidade de assumir compromissos até ao montante de €29.000,00.

A propósito, informou que foram estornados os valores mensais a transferir para as Juntas de Freguesia, cujo procedimento impossibilita o pagamento das duas prestações que já estavam em atraso, bem como das restantes até ao fim do ano.

Acerca da correção do ativo financeiro "Transferências do QREN" no valor € 1.159.206,00, esclareceu que se deslocaram à CCDRNorte, onde tiveram uma reunião sobre os fundos de candidaturas pendentes, na qual foram informados que o Município apenas tem o valor de € 200.000,00 para receber, o que quer dizer que existe uma diferença de cerca de € 950.000,00. Ora, esta situação revela que não foi cumprido o princípio contabilístico da prudência, que em resumo diz que deverá ser contabilizada qualquer despesa que se preveja vir a ter no futuro, mesmo sem certezas da sua concretização, contudo isso nunca deverá acontecer com receitas que não se tenha a certeza de virem a ser realizadas.

Ressaltou que, com a apresentação destes dados, não teve a pretensão de transmitir a mensagem de que tudo está perdido, apenas alertar para a real situação do Município, salientando que já começaram a trabalhar num conjunto de soluções para tentar inverter a tendência negativa que detetaram, designadamente as seguintes:

- Implementação de medidas de controlo interno, tendo dado como exemplo a aprovação em reunião camarária do dia anterior de um regulamento interno de atribuição e utilização de telemóveis do Município de Tarouca;
- Realização de investimentos com os recursos humanos da Autarquia, evitando subcontratar serviços externos;
- Redução de despesa e negociação das dívidas com os fornecedores, analisando a melhor forma de lhes pagar, pois a Câmara Municipal tem de ser uma entidade séria e de boa-fé;
- Gestão mais eficiente dos recursos da autarquia, otimizando os equipamentos existentes;
- Gestão mais eficaz da tesouraria, evitando fazer este ou aquele pagamento, porque é mais cómodo, mas sim respeitando os prazos de pagamento e as faturas mais atrasadas.

Concluiu a sua intervenção, ressaltando que com a participação e envolvimento de todos, autarcas, funcionários e munícipes, com a determinação e empenho dos decisores políticos e um novo paradigma da gestão autárquica, acredita ser possível ultrapassar todas as dificuldades e inverter a tendência registada.

**Intervenção de seguida o Senhor Presidente da Câmara** tendo salientado que, quando no início da sua intervenção apelou ao compromisso de todos, era por saber desta necessidade premente de melhorar a situação financeira do Município.

Afirmou que não verá aqui nenhum membro como da oposição, e que entenderá sempre as críticas apresentadas como construtivas, com o objetivo de contribuírem para melhorar o Concelho, pois pensa que a ajuda de todos será importante.

Apelou ao sentido de responsabilidade de todos e espera sinceramente que no próximo ano, por esta altura, possam estar numa melhor situação financeira.

Na sequência do que referiu o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, explicou que as obras no Concelho têm sido feitas com os recursos humanos do Município, aproveitando-os ao máximo, e tem verificado que existem na Câmara Municipal excelentes profissionais, porque os tem acompanhado diariamente e em conjunto com o Encarregado têm determinado os trabalhos a executar, sem interrupções.

Considera que a apresentação feita pelo Senhor Vereador foi muito esclarecedora e é assim que entende que devem continuar, sendo claros e transparentes, sem nada a esconder.

Felicitou todos os membros da Assembleia pela forma elevada como estão a decorrer os trabalhos, dirigindo uma palavra

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que se tem demonstrado sempre atento e interessado em acompanhar a evolução de todas as situações, o que considera salutar. Concluiu felicitando o público por se ter mantido na sessão. Intervieram os seguintes membros:

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Agradeceu ao Executivo pela transparência e boa vontade, não só por esta ação, mas pela intenção de vir a apresentar o estado do Município noutras sessões.

Solicitou que lhes fizessem chegar os relatórios de que falaram.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta esclareceu que o Gabinete do Presidente da Assembleia Municipal está aberto a todos os membros da Assembleia, onde poderão consultar todos os documentos que entendam solicitar ao Executivo.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Deu os parabéns ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo pela forma como apresentou os números, porque foi muito esclarecedora e transparente.

Manifestou-se preocupado com a situação financeira apresentada e, por isso, perguntou se, a exemplo do que está a acontecer no País, também a Câmara Municipal está a pensar despedir pessoal, já que a maior parte das despesas correntes é despendida no pagamento das remunerações, afirmando desde logo que não concorda com esta solução, mesmo sabendo que seria uma das mais fáceis para resolver a situação.

Considera ainda que o mais importante, nesta altura, é executar as pequenas obras que são necessárias para a resolução dos problemas das pessoas, aproveitando os recursos da Autarquia.

- **António Carmo Santos** - Salientou a maneira calma e serena com que foram apresentadas as intervenções.

Considera que números são números e que gostaria de ser informado sobre a forma como chegaram a eles, nomeadamente sobre quais os investimentos que foram feitos.

Referiu que concorda que seja feito um melhor aproveitamento dos recursos humanos da Autarquia, manifestando a sua intenção de colaborar no sentido de dar o seu contributo às propostas que sejam apresentadas para a melhoria do Concelho.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Solicitou os seguintes esclarecimentos:

- Relativamente ao empréstimo do saneamento financeiro contraído em 2010, foi referido que foram assumidos compromissos anuais, e por isso perguntou se têm vindo a ser cumpridos anualmente;

- Quanto às dívidas a fornecedores, disse que entende que é um valor muito elevado, que coloca em más condições os fornecedores da Câmara Municipal, por isso, perguntou em que



condições serão feitas as renegociações das dívidas e qual a estratégia a seguir no pagamento aos fornecedores, pois entende que nem todos terão capacidade financeira para aguentar o prolongamento da dívida;

- No que respeita às despesas com pessoal, disse que independentemente do pagamento do subsídio de férias, não entende como pode ser tão elevado o desvio, num ano em que todos os salários sofreram um corte, perguntando que mais se passou;

- Em relação aos fundos disponíveis, se já foram utilizados até janeiro de 2014, perguntou qual a solução para resolver essa situação, designadamente no que respeita às transferências para as Juntas de Freguesia.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo em resposta disse o seguinte:**

- Ao membro António Carmo Santos, disse que não tem dúvida que o dinheiro foi investido em obras, no entanto, não pode explicar como se chegou a essa situação de incumprimento.

- Ao membro António Luís Carrapa Sarmento explicou que o plano de saneamento financeiro em anos anteriores teve pontos onde foi cumprido e teve outros em que não foi cumprido.

Relativamente aos fornecedores, explicou que a renegociação da dívida não vai ser feita da mesma forma com todos os fornecedores, pois tem perfeita noção de quais as empresas que mais dependem da Autarquia para sobreviver e daquelas em que isso não acontece, nomeadamente as empresas Águas Trás-os-Montes e Alto Douro, Resinorte, EAVT, e é com estas que está a tentar renegociar a dívida, para que permitam ao Município saldar as dívidas aos pequenos fornecedores.

No que respeita ao aumento da despesa com o pessoal, disse que, para além do pagamento do subsídio de férias, houve um aumento de celebração de contratos de prestação de serviços com pessoal.

Quanto aos fundos disponíveis, disse que estão a tentar "arrumar a casa", evitar novas aquisições e prestar os serviços necessários sem custos acrescidos, para tentar resolver o problema.

Foi tomado conhecimento.

A propósito, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** alertou o plenário para o facto de que este órgão é corresponsável pela ação do Executivo e deve fazer fiscalização à sua atividade em toda a sua plenitude.

Dirigindo-se ao público, agradeceu de novo a sua presença, tendo-os convidado a continuar a assistir à discussão do Regimento, porque é o documento que regula o funcionamento deste órgão.

Aproveitou para informar que a próxima sessão da Assembleia Municipal será realizada no Auditório Municipal, em 28 de dezembro, sábado à tarde, com o intuito de permitir uma

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ainda maior participação do público, esperando que seja um dia profícuo.

Nesta altura da reunião pelas dezassete horas, foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezassete horas e quinze minutos.

**PONTO 8: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGIMENTO PARA O MANDATO AUTÁRQUICO DE 2013/2017.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário o projeto de Regimento da Assembleia Municipal para o mandato autárquico de 2013- 2017, nos termos do disposto na al. a) do art. 26º da Lei nº 75/2013, de 12.09.

Iniciou por fazer uma breve explicação do documento, informando que o mesmo foi elaborado pela Mesa, no qual está subjacente uma nova filosofia, por entenderem que se avizinham novos tempos, que exigem novas ideias.

Salientou o espírito aberto da Mesa da Assembleia, cujo objetivo maior é a sua abertura aos cidadãos e à cidadania. Considera que, como seres humanos, todos têm direitos e deveres, mas para que se consigam exercer em plenitude, têm de se conhecer. É nesse sentido, que se pretendeu intensificar os direitos dos cidadãos, promovendo a sua participação nas sessões da Assembleia e o exercício da sua cidadania, para que possam avaliar as opções políticas que são tomadas e tenham a possibilidade de apresentar novas sugestões.

Ressaltou a nova forma prevista para o período de intervenção do público, dividido em dois momentos, para evitar que as pessoas tenham de se inscrever no início da reunião para intervirem apenas no final e, por outro lado, permitir que façam uma segunda intervenção.

Referiu que outra inovação prevista é a constituição da Comissão Permanente, onde estarão representadas todas as forças políticas, a qual irá criar um fórum de diálogo com a Mesa, que poderá passar, por exemplo, pela apresentação de propostas para a ordem do dia das sessões.

Referiu ainda que poderão ser constituídas comissões permanentes especializadas, por exemplo, para o acompanhamento do endividamento do Município.

Destacou que o seu grande objetivo é que todos os membros tenham espaço de intervenção e que possam participar o mais possível em todos os assuntos da competência da Assembleia Municipal, tendo desafiado todos a apresentarem propostas, para serem incluídas nas ordens do dia das sessões.

Explicou ainda que serão organizadas assembleias temáticas, sempre que se justificar, pois é um modo do órgão estar atento ao desenvolvimento do Concelho, e aberto às dinâmicas da sociedade civil.

Disse que, para além do objetivo da promoção da cidadania, existe ainda uma grande determinação para o desenvolvimento

do conceito "VV - Vale do Varosa" e, por isso, no artigo 6º acrescentou-se uma inovação com o intuito de trazer "massa humana" para interagir com a população do Concelho, designadamente com a realização das Jornadas de Desenvolvimento do Vale do Varosa, com a organização do Congresso da Cidadania Política, entre outros eventos.

Intervieram os seguintes membros:

- **António Carmo Santos** - Iniciou por dizer que entende que há algumas coisas que podem ser melhoradas no Regimento, designadamente no que respeita ao gabinete de apoio ao munícipe, pois julga salutar que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ouça os Municípes, mas entende que devia ser estabelecida uma ordem, para que todos os membros o pudessem fazer também.

Solicitou ainda as seguintes alterações ao documento:

- Que seja retirado o nº2 do artigo 6º, porque não faz parte das competências da Mesa da Assembleia previstas na Lei nº 75/2013, de 12.09;

- Que no artigo 9º seja definida apenas uma sede para as sessões da Assembleia Municipal, o que não invalida que depois venham a realizar-se noutro local.

- Que o art. 16º no que se refere às sessões extraordinárias não está de acordo com o art. 47º da Lei nº 75/2013, de 12.09;

- Que o artigo 19º apenas preveja um período de intervenção do público, de acordo com a lei em vigor, o qual pode ser no início ou no fim da reunião, mas só um.

- Não concorda com a divisão do tempo previsto no período de antes da ordem do dia - art. 22º;

- Que no nº 4 do artigo 41º, seja substituído o termo deliberação, por recomendação, uma vez que as comissões não tomam deliberações.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** em resposta, disse que no início da discussão deste documento fez questão de explicar a filosofia da Mesa da Assembleia que esteve subjacente à elaboração do Regimento, pois na realidade pretenderam espelhar no mesmo a forma como entendem que deve ser o funcionamento do órgão.

- Quanto ao artigo 6º, esclareceu que, efetivamente, poderiam ter ficado pela generalidade das competências da Mesa previstas na Lei, contudo, como se trata de um documento interno do órgão, entenderam que se devia ir mais longe e colocar as duas grandes "bandeiras" que defendem: a promoção da cidadania ativa e solidária e o desenvolvimento do conceito "VV - Vale do Varosa", uma vez que acreditam que isso só trará benefício para a população do Concelho, o que lhes parece que reflete a intenção de todos os membros da Assembleia.

- Em relação ao artigo 9º, explicou que pretendem atrair o maior número de pessoas para participarem nas sessões, daí a

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

intenção de se prever desde já o Auditório Municipal como um dos locais de realização das mesmas.

- Quanto ao artigo 16º, disse que lhe parece que o membro fez alguma confusão, pois nesse artigo não está em causa o artigo 47º da Lei nº 75/2013, de 12.09.

- No que se refere ao artigo 19º, considera que não foi contrariada a Lei no que respeita ao período de intervenção do público, pois apenas se prevê um período de intervenção, com a inovação de ser dividido em dois momentos, o que julga que só beneficiará o público e, por isso, não consegue perceber porque não deve ser previsto, quando a única intenção subjacente a essa ideia foi abrir as portas às pessoas e dar-lhes mais possibilidades de participação, sem contrariar o que está previsto legalmente.

- Relativamente ao artigo 22º, explicou que no período de antes da ordem do dia estão assegurados no mínimo dois minutos para a intervenção de cada membro, tendo assim a possibilidade de todos participarem, bem como se garante o tempo de intervenção dos grupos municipais mais pequenos, o que julga que é justo.

- Quanto ao artigo 41º, julga que devem confiar nos membros da Mesa, que tudo farão para manter um entendimento adequado entre todos, mantendo-se o mais possível equidistantes dos partidos e quando notarem que isso não está a acontecer, agradece que os chamem à atenção.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Iniciou por dar os parabéns pela elaboração do documento, pela ideia de abertura da Assembleia ao público e da intenção de desenvolver conceptualmente a marca "Vale do Varosa".

Contudo, alertou para a necessidade do cumprimento rigoroso da legislação em vigor, tendo por isso, solicitado as seguintes alterações ao Regimento:

- Art. 6º - retirar do seu nº 2 a seguinte expressão "e o desenvolvimento do conceito "VV - Vale do Varosa", podendo, para a prossecução destes objetivos, associar-se a outras entidades/dinâmicas formais ou informais da sociedade civil.";

- Art. 9º - indicar como sede apenas o Salão Nobre, e acrescentar "Por decisão do Presidente ou da própria Assembleia, fundamentada em razões relevantes, o plenário ou as comissões podem reunir fora da sede, designadamente, no Auditório Municipal ou qualquer outro local do Concelho".

- Art. 19 nº 1 - só deve haver um período de intervenção do público e não momentos do período;

- Artº 24 - deverá ser retirado o nº 3, com fundamento no Parecer do Provedor da Justiça datado de 01.09.1999, o qual leu em voz alta e que a seguir se transcreve conforme seu pedido:

"Através do seu art.º 114º, n.º 2, a Constituição reconhece às minorias partidárias o direito de oposição democrática, regulamentado através do Estatuto do Direito de Oposição,

aprovado pela Lei 24/98, de 26 de maio, cujo art.º 3º expressamente enuncia como titulares desse direito, para o efeito que ora releva, os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representado no correspondente órgão executivo.

Inserido no Título I, da Parte III, da Lei Fundamental, entre os princípios gerais da organização do poder político, o direito de oposição constitui um elemento garantístico do princípio constitucional da separação e interdependência dos órgãos de soberania(1). Neste âmbito, os centros de titularidade do poder político podem ser esquematicamente definidos como uma maioria governamental e parlamentar, a quem estão acometidas tarefas de direção política, e como uma oposição, normalmente minoritária, especialmente incumbida de funções de controlo daquela, a quem, por via da sua institucionalização constitucional através do direito de oposição, deve ser garantida a possibilidade de, nomeadamente, contestar as linhas políticas da maioria, apresentar opções políticas alternativas e de se afirmar como alternativa de poder apta para assumir o exercício das funções executivas.

A oposição parlamentar, uma das formas de oposição democrática constitucionalmente admissíveis, consiste na atividade procedimentalizada dos diversos grupos parlamentares que compõem o órgão político representativo no objetivo de controlar e criticar as orientações políticas da maioria, de desenvolver ações e propostas alternativas, de expressar o dissenso relativamente à maioria governativa e, ainda, de esclarecer os cidadãos através da publicidade da controvérsia parlamentar.

De tudo o que ficou enunciado resulta que a garantia dos direitos e poderes das minorias se afirma como um instrumento constitucional de contrapeso e limite do poder da maioria, que exige a concessão de condições de igualdade de oportunidades a todos os partidos, no sentido da paridade de tratamento, que sempre ilegítimar-se-á qualquer mais-valia que a este propósito as maiorias parlamentares tentem extrair da posse legal do poder.

Quanto à regra procedimental em apreço, numa lógica puramente formalista, a pré-definição de uma ordem de intervenção parlamentar de dois grupos partidários, a duas voltas, parece conceder a ambos os partidos uma paridade de condições de intervenção no debate, no entanto, esta regra encerra uma subtil viciação das regras do jogo democrático, que se traduz numa substancial desvantagem para o primeiro interveniente que, recorde-se, é o partido minoritário da oposição.

De facto, enquanto as posições e propostas apresentadas pela oposição são duplamente contraditadas pela maioria parlamentar, a minoria da oposição somente dispõe de uma única ocasião para contestar as iniciativas idênticas dos



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

adversários políticos da maioria, que acontece no momento da sua intervenção na segunda volta. Situação agravada pelo facto de o encerramento do debate parlamentar caber sempre ao grupo parlamentar da maioria, o que lhe confere a vantagem adicional de formular as conclusões sobre as todas matérias discutidas durante a sessão.

Em conclusão, a regra em apreço coloca o partido minoritário na Assembleia Municipal numa inequívoca posição de desvantagem no debate parlamentar face às condições concedidas à maioria, restringindo de forma injustificada o seu direito ao contraditório parlamentar, no que se prefigura como uma discriminação entre partido da maioria e a oposição. E, acrescente-se, facilmente se adivinha o foco de conflitualidade parlamentar que um regime desta natureza constitui, e que, por certo, não deixará de se refletir em maior ou menor grau na prossecução dos interesses públicos locais.

Mas a situação é tão mais digna de censura quanto a proposta que deu lhe origem enuncia que " o grupo parlamentar do Partido Socialista com assento nesta Assembleia, em virtude de na última eleição autárquica ter tido maioritariamente o voto e consequente confiança do povo de Lousada para representar os seus interesses neste órgão deliberativo, entende por esta vontade expressa do povo, dever ter sempre a última palavra sobre os assuntos aqui tratados", pelo que "nos períodos de intervenção dos grupos parlamentares deverá ser sempre o último a intervir".

Não posso de deixar de sublinhar, a este propósito, a falta de sentido democrático expressa nesta vontade de, autocraticamente, "ter sempre a última palavra" sobre as matérias em debate, supostamente legitimada pela confiança da maioria dos eleitores locais, em desrespeito pelo pluralismo de expressão e de organização política democráticas que, nos termos do art.º 2º, da Constituição, constituem bases do Estado de Direito democrático e à sombra da qual se acolhe o direito de oposição das minorias.

A "última palavra", em democracia, é a do órgão representativo, através do voto livre dos seus titulares, e, em última instância, do eleitorado em sufrágio que suporta ou reprovava a atuação levada a cabo no mandato que aí finda.

Não pode, pois, proceder o entendimento invocado por V. Exª de que a legitimação para tal regra adviria da sua aprovação pela maioria parlamentar, porquanto num Estado de Direito as maiorias devem adequar as suas condutas à Constituição e aos princípios nela proclamados. Como ensina Gomes Canotilho(6), o suporte que a democracia encontra na maioria não pode ser entendido como o absolutismo da maioria. O direito da maioria é sempre um direito em concorrência com o direito das minorias com o consequente reconhecimento de estas se poderem tornar maiorias."

- Art. 33º - acrescentar: Publicitar os requerimentos e recomendações.

- Propôs que seja ainda acrescentado o Direito à Petição, nos termos da Lei nº 43/90, de 10.08;

- Art. 41º nº 4: substituir deliberações por recomendações e decisão por maioria e não da Mesa.

Concluiu perguntando o que são comissões especializadas permanentes.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** em resposta explicou o seguinte:

- As comissões especializadas permanentes poderão ser constituídas para acompanhar, por exemplo, o endividamento municipal de forma permanente;

- As comissões tomam deliberações nas suas reuniões, e que na falta de consenso julga que caberá á Mesa decidir;

- Não lhe parece relevante constar do Regimento o direito de petição, mas entende que poderá constar do *site* da Assembleia Municipal uma informação sobre o mesmo;

- O artigo 33º é transcrição integral da Lei, contudo, lembrou que as atas depois de aprovadas serão publicitadas no *site* da Assembleia e delas constarão os requerimentos e as recomendações apresentados na sessão;

- Quanto ao artigo 24º, explicou que a forma de inscrição dos líderes partidários já constava do regimento do mandato anterior, e essa questão nunca foi suscitada por ninguém, por isso, questiona-se porque não deveria seguir-se agora a mesma regra, já que teria sempre de ser estabelecida uma regra;

- Reiterou que o período de intervenção do público será apenas um, apenas se pensou em dividi-lo em dois momentos para permitir uma maior intervenção do público, e que continua a não conseguir ver qualquer inconveniente nisso.

- O facto do Auditório Municipal constar também como sede da Assembleia deixa-o orgulhoso, porque é mais uma forma de reforçar a ideia de abertura das sessões da Assembleia ao público;

- Não concorda que seja retirada a parte que referiu do nº 2 do art. 6º, porque entende que todos se devem comprometer com o desenvolvimento do território e agarrar esta marca tão importante que é o "VV-Vale do Varosa", porque é uma jóia que ainda está por explorar. Lembrando a todos as razões porque os monges de Cister escolheram o nosso território, para aqui se instalarem.

Concluiu a sua resposta, informando este membro que compreende a sua preocupação, mas não concorda com elas, porque o Regimento é um normativo interno que poderia ir até mais longe e prever, por exemplo, a realização de umas jornadas, etc.

-**António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que se verifica uma revolução enorme com esta proposta de Regimento, pois a abertura que se pretende aos cidadãos está bem visível, e

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ela só será concretizável se usarmos o que a lei nos permite em favor do que desejamos.

Não lhe parece que a Lei proíba a existência de dois momentos no período de intervenção do público, pelo contrário, pois entende que só se está a promover a abertura da Assembleia aos cidadãos, permitindo-lhes colocar os seus problemas em duas alturas da sessão, por isso, julga importante manter os dois momentos propostos.

Concorda com o tempo do uso da palavra para dar oportunidade a todos os membros da Assembleia de falarem.

Quanto à forma de inscrição dos membros de cada Grupo Municipal, sempre se lembra de ter sido assim, e julga que até é assim que funciona na Assembleia da República.

Propôs as seguintes alterações ao Regimento:

- art. 7º alínea h) acrescentar "Presidentes";
- art. 24º nº 4 - onde se lê "no final dos debates e/ou votação", deverá ler-se "no final da intervenção";
- art. 36º - corrigir a translineação do termo "associar-se".

- **António do Carmo Santos** - Concordou que a Lei não proíbe os dois momentos para a intervenção do público, no entanto refere apenas um período de intervenção do público e não diz que se pode dividir.

Frisou ainda que não está em desacordo com o Regimento, apenas deu algumas achegas, mas não vê qualquer inconveniente que o público intervenha em dois momentos, por ser apenas uma formalidade.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que todos os membros que já fizeram parte de anteriores mandatos se lembram de pessoas que vinham às sessões, mas acabavam por ir embora sem falar, dado o tempo que as mesmas demoravam, por isso entende que com esta solução todos ficam a ganhar. Considera este Regimento uma mais-valia, e em termos gerais e práticos está excelente.

**O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu todos os contributos que foram dados pelos membros, tendo solicitado que o mesmo fosse aprovado por unanimidade, comprometendo-se a que a Mesa refletirá nalgumas das propostas apresentadas. Terminada a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário o Regimento da Assembleia Municipal para o mandato autárquico de 2013/2017, tendo sido deliberado aprovar o mesmo por vinte votos a favor e um voto contra do membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, com as seguintes alterações:

- art. 7º alínea h) acrescentar "Presidentes";
- art. 24º nº 4 - onde se lê "no final dos debates e/ou votação", deverá ler-se "no final da intervenção";
- art. 36º - corrigir a translineação do termo "associar-se".

O membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira apresentou a seguinte declaração de voto:

"Votei contra pela ilegalidade do nº1, do art. 19º e nº3, do art. 24º do Regimento, porque contraria a Lei e segundo o princípio constitucional estabelecido no art. 114º da CRP e ilegalidade por violar o Estatuto do Direito de Oposição.

Através do seu art. 114º, nº 2, a Constituição reconhece às minorias partidárias o direito de oposição democrática, regulamentado através do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de maio."

O Regimento para o mandato autárquico 2013/2017 será arquivado sob o número dezanove do maço de documentos número um do livro de atas número dez.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão da ordem do dia, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a postura de todos os presentes nesta Assembleia, tendo dirigido um agradecimento especial aos cidadãos que estiveram presentes, afirmando que ficará registado na sua memória e na história da Assembleia Municipal. Disse ainda que ficarão a aguardar pela participação ativa de todos nas próximas sessões.

No final da sessão, os presentes levantaram-se aplaudindo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Araceli Maria Guerra Gomes*, Coordenadora Técnica, a subscrevi.

